continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016
Não circulante	
Adiantamentos diversos	2.423
Impostos a recuperar	139
Imobilizado	248.977
Intangível	31
Diferido	581
Total do ativo não circulante	252.151
Total do ativo	359.505

	2016
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	13.312
Empréstimos e financiamentos	5.963
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.283
Obrigações tributárias	1.551
Partes relacionadas - mútuos	35.455
Outras contas a pagar	34
Total do passivo circulante	61.598
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	29.380
Total do passivo não circulante	29.380
Patrimônio líquido	
Capital social	171.451
Reservas de capital	29
Reservas de lucros	97.047
Total do patrimônio líquido	268.527
Total do passivo e patrimônio líquido	359.505

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria ocorrida em 28 de fevereiro de 2018.

b. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados em Real (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais (R$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

d. Transações em moedas estrangeiras

Convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real - R$), utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

e. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos estão descritas na nota explicativa nº 4.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas referidas demonstrações e que receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação:

Os ativos e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) recebíveis; e (v) passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía somente instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, que compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. São considerados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 17), mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 17). A Companhia não possui ativos financeiros classificados em outras categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são representados por fornecedores (nota explicativa nº 11), fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 17), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12), obrigações tributárias (nota explicativa nº 14), mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 17), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro de dívida e alocar seu resultado financeiro ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados, incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como operação de *swap* para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *swap* são reconhecidos ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

3.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo o risco de realização avaliado pela Administração, que, quando necessário, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação individual dos créditos, na análise da conjuntura econômica e no histórico de perdas registradas por faixa de vencimento.

O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos (vide nota explicativa nº 6).

A Companhia utiliza o seguinte critério para calcular a provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Dias vencidos	**Provisão reconhecida - %**
0 a 15 dias	–
16 a 60 dias	20%
Acima de 61 dias	80%

3.4. Estoques e provisão para perdas de estoque

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração por meio das perdas ocorridas entre a data de realização do último inventário físico e a data-base de apresentação das demonstrações contábeis.

O estoque não deve ser escriturado por quantia superior àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso, por isso a Companhia efetua a avaliação do valor realizável líquido do estoque considerando na análise o preço de venda líquido de impostos e fretes praticado no mercado versus o valor de custo médio por produto, caso o valor do custo for maior que o valor o realizável líquido constitui-se uma provisão redutora no estoque. Em 31 de dezembro de 2017 (2016) a Companhia não apresentou indicativos.

3.5. Ativo imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação - %
Máquinas e equipamentos	1,67% a 33,3%
Móveis e utensílios	3,33% a 10%
Sistema de processamento de dados e comunicação	2,5% a 33,33%
Veículos	10% a 20%
Infraestrutura	1,67% a 10%
Instalações industriais	1,67% a 6,67%
Ferramentas	5%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil residual do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.8. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Demais passivos circulantes e não circulantes demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.9. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo

continua